

Intervenção Final

Queria agradecer este leque de comunicações, de descrição de trabalho, da sua organização. Acho que a Professora Odete Valente só tem que dar-se por feliz, ainda por cima hoje, no dia do seu aniversário. Eu, pelo meu lado, aprendi muitas coisas. Sinto-me muito grato a este empurrão que me deram para estar aqui convosco.

Recordo algumas coisas da manhã. Só quatro pontos: o Conselho Nacional de Educação dispõe de materiais documentais, com imensa informação sobre estas áreas dos 0 aos 12 anos, alguns muito importantes. Um deles é feito pela Dra. Teresa Gaspar, e trata-se de um estudo sobre as estruturas de educação para estas idades em seis países da União.

Como é que o ensino primário que, normalmente, é de seis anos na Europa, se estrutura, no plano do sistema? Vocês puxaram pelos nossos convidados e eles conseguiram dar-nos esses pormenores, que são utilíssimos para os profissionais do ensino.

Das conclusões a retirar desta manhã, uma delas consiste em verificarmos como, curiosamente, o *silabus*, a composição disciplinar de um currículo, é, genericamente, idêntica. Em Portugal, em Espanha, na Irlanda, na Finlândia, as disciplinas são genericamente as mesmas. Mas há uma diferença relevante: nesses outros países, à medida que vão avançando na escolaridade, em vez de acrescentarem mais disciplinas, como nós fazemos, pelo contrário, reduzem o seu número e optam pelo aprofundamento dos conteúdos.

¹ Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Enfim, alguns deles são muito mais letrados, é o caso da Finlândia que tem ensino obrigatório desde o século XIX, e por isso não têm que ficar tão inquietos quanto à diversidade de saberes. Aqueles professores têm tanto prestígio que não precisam de pôr-se em bicos de pés para oferecer mais disciplinas à maneira do enciclopedismo do século XVIII. Eles já não têm essa necessidade. Os seus alunos obtiveram os melhores resultados nas duas últimas versões das provas PISA e, no entanto, têm metade dos tempos de aula do nosso 1.º ciclo do ensino básico. Se a nós nos mandam dar oito horas de Português, eles lá dizem que quatro de Finlandês chegam. Se nos mandam dar sete de Matemática, eles lá têm três ou quatro, por opção das escolas.

Creio que isto é suficientemente importante como informação para nos ajudar a reflectir, salvaguardando que a História e a Cultura de um povo têm muito peso.

Depois colhemos aqui igualmente informações muito úteis, sobre os nossos grandes mitos, sobre as formas de progressão dos alunos. Como viram, os países que têm melhores resultados são os que têm formas de progressão automática, acompanhada de muito trabalho de apoio dos professores, sem o qual perderiam o prestígio junto da sociedade, e isso seria por certo a última coisa que eles desejariam pôr em risco. Além do mais, dispõem de dinheiro para qualificar a educação. Ou o dinheiro que têm é bem empregue. Empregue naquilo que é absolutamente necessário: ajudar uma criança a progredir diferenciadamente no currículo comum.

Por curiosidade, veja-se o caso do sistema irlandês, tão elogiado por alguns fazedores de opinião entre nós, e que, no entanto, é tão abissalmente diferente do nosso e dos outros sistemas da Europa. Porque se trata de um sistema em que todas as escolas são confessionais. O controlo social, de natureza religiosa, é de uma natureza completamente diferente da dos regimes políticos liberais do resto da Europa. Enquanto assim for, manter-se-á irrepetível.

Entretanto, entre nós, e como já escrevi e não devo repetir aqui em pormenor, as alterações na estrutura curricular do 1.º ciclo do ensino básico, por orientações da Secretaria de Estado da Educação, foram uma decisão vergonhosa. Ninguém na profissão poderia de algum modo aceitar que no 1.º ciclo, onde entram as crianças aos 6 anos (e podem até entrar um pouco mais cedo), os alunos tenham oito horas de Língua Portuguesa – o dobro da Finlândia –, mas estejam cinco a ler, obrigatoriamente. A questão é: e quando aprendem as outras coisas? Como aqui foi referido, é tão assustador que não dá para compreender.

Não estou a atacar o Plano Nacional de Leitura por mobilizar essas cinco horas do currículo. Tenho a maior estima por este plano educativo. Não conheço outro que tenha conseguido obter o sucesso continuado que tem o Plano Nacional de Leitura, quer pela implementação das bibliotecas, quer pela sua animação, quer pela energia que aquela equipa tem demonstrado.

No entanto, com a nossa longa história de iliteracia, pode reforçar-se com ele a ilusão de que se aprende a escrever quando se gosta de ler, o que é falso. Porque só é possível aprender a escrever, escrevendo. Ao escrever eu posso fazer evoluir a leitura, mas lendo apenas não poderei fazer evoluir a escrita.

Falou-se ainda da preparação dos professores, da má preparação dos professores. Mas o que é que nos aconteceu, que os nossos professores têm cada vez mais uma longa formação inicial e continuam a ter tanto medo de ser professores do 1.º ano de escolaridade?

Fiz um estudo com o João Formosinho, quando estávamos na agência de acreditação dos cursos de professores, o INAFOP, e de facto chegámos à conclusão que todos os europeus estavam mais ou menos inquietos com o que vinha acontecendo na Europa. Para fazer avançar os estudos, o prestígio e o valor dos professores, “universitarizou-se”, como se diz na Europa, a formação de professores. Têm cada vez mais disciplinas científicas, mas não fizeram progressos graças a isso. Não são

melhores professores nas respectivas disciplinas, como alguns por aí pensam.

O que acontece é que por toda a Europa não houve grandes progressos por essa via. Porque em vez de acentuarem a profissionalização, como o projecto de Bolonha propunha, todos fizeram batota com Bolonha e restringiram ainda mais o tempo dedicado à aprendizagem das práticas profissionais.

O futuro incerto que nos caberá edificar, espera, de todos nós, maior capacidade de discernimento e envolvimento crítico, enquanto cidadãos activos da vida democrática em que nos comprometemos, para dar qualidade e dignidade ao sistema público de educação que aqui nos congrega.

Conselho Nacional de Educação

Rua Florbela Espanca

1700-195 Lisboa
Portugal

www.cnedu.pt

cnedu@mail.telepac.pt

tel.: + 351 21 793 52 45

fax: + 351 21 797 90 93